



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 154/1955

Dispõe sobre lançamento e arrecadação de impostos e taxas municipais.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Até que o Estado baixe o Código Tributário Padrão, em o qual deverá moldar-se, no que lhe for aplicável, a legislação municipal, na conformidade do artigo 114 da Constituição Estadual e artigo 141 da Lei nº 28, a arrecadação tributária terá por base o disposto nesta lei.

Art. 2º O Imposto Territorial Urbano será cobrado à razão de 1% de conformidade com os dispositivos do decreto nº 19, de 28/12/935 (Código Tributário Municipal) e decreto-lei nº 11, de 3/12/937.

Art. 3º O Imposto Predial incide sobre as edificações situadas nas zonas urbanas e suburbanas da cidade, mesmo quando ocupadas gratuitamente ou provisoriamente desocupadas.

§1º São consideradas edificações e, conseqüentemente, sujeitas ao imposto, todas as que possam servir de habitação, uso ou recreio, mesmo quando em construção, desde que total ou parcialmente ocupadas.

§2º Ainda que situadas fora dos perímetros urbanos e suburbanos, isentas, pois, do Imposto Territorial Urbano, ficam sujeitas ao Imposto Predial as edificações datadas de serviços públicos a cujas taxas se obrigarão.

Art. 4º O imposto será calculado sobre o valor locativo do prédio, nas seguintes bases:

I - quando o edifício se destina unicamente à residência do proprietário, a gravação será de 6% sobre o valor locativo;

II - quando, além, da residência própria, o edifício for alugado em parte ou ocupado por qualquer instalação comercial ou industrial o imposto será de 8% sobre o valor locativo;

III - quando o edifício for locado o imposto será de 8% sobre o valor locativo.

Art. 5º O valor locativo è representado pela importância anual do aluguel efetivo ou estimativo, conforme se trate de prédio alugado ou não, levando-se em conta, no primeiro caso, a renda produzida pelo imóvel, ainda que resultante de sublocação.

Parágrafo único. A verificação dessa importância será feita através dos seguintes elementos:

a) contrato de locação;

b) declaração do inquilino;

c) recibos de aluguéis;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

d) situação do prédio e seu valor venal;

e) arbitramento.

Art. 6º O aluguel efetivo dos prédios de apartamentos será o total de aluguéis destes, salvo quando constituírem propriedades independentes.

Art. 7º Para fixação do valor locativo, leva-se em conta a situação e o valor do prédio e respectivo terreno, em relação a outros de condições e situação semelhantes.

Art. 8º Se construído em terreno alheio, o valor deste não incorporará ao do prédio.

Art. 9º Os prédios condenados, enquanto não desocupados, ficarão sujeitos ao imposto predial com majoração de 20%.

Art. 10. Só efeito estatístico serão lançados os prédios que gozarem de isenções legais.

Art. 11. O lançamento do Imposto Predial será feito:

I - por declaração escrita do proprietário, enfiteuta, ocupante, condômino ou representante legal do contribuinte, mediante o preenchimento de formulário fornecido pela Prefeitura;

II - ex-offício, quando a declaração não seja feita em tempo certo ou quando haja recusa na sua apresentação;

III - em face de transmissão “inter-vivos”, a qualquer título, operando-se as necessárias modificações;

IV - em face de transmissão “causa-mortis”, a vista de elementos obtidos nas repartições estaduais;

V - em face da divisão de propriedade em comum, anotando-se a cessação do condomínio.

Art.12. Para fixação do valor venal do prédio, base para o lançamento, quando não possa ser aceita a declaração do contribuinte, ter-se-á em vista a comparação com terreno já lançado e de situação em condições semelhantes.

Art. 13. Do lançamento relativo a cada prédio, logo que conferido e aprovado, será expedido aviso detalhado ao contribuinte, dele constando, inclusive, o valor do Imposto a ser pago e a época do pagamento, fixando-se prazo para reclamações.

Art.14. Findo o prazo para reclamação, nenhuma modificação se fará dentro do exercício.

Art. 15. Os prédios novos e não coletados ficam sujeitos ao Imposto, em proporção, desde o dia em que foram ocupados, devendo o pagamento ser efetuado dentro de 30 (trinta) dias a contar do lançamento.

Art. 16. De cinco em cinco anos, nos de final um e seis, far-se-á a revisão dos valores básicos para lançamento dos impostos Predial e Territorial Urbano.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 17. A arrecadação dos Impostos Predial e Territorial Urbano será feita em duas prestações, sendo a primeira em fevereiro e a segunda em julho.

Art. 18. O Imposto de Licença será cobrado de acordo com a tabela anexa a esta lei.

Art. 19. O lançamento e a arrecadação do Imposto de Indústrias e Profissões serão procedidos na conformidade do decreto-lei nº 67, de 1938, do Estado de Minas Gerais, com única alteração constante do parágrafo seguinte:

Parágrafo único. Os estabelecimentos bancários, quanto ao Imposto de Indústrias e Profissões, ficam sujeitos ao pagamento de 24% sobre o valor locativo, além da taxa de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) a que se refere a nota de nº 14 da série Especial, do decreto-lei nº 67, de 1938.

Art. 20. O Imposto sobre Turismo e Hospedagem, arrecadável até o dia 15 de cada mês, obriga aos proprietários de hotéis e pensões, a razão de 5% sobre as notas numeradas de fornecimento ou serviço ou, na falta delas, sobre o “Registro de Vendas a Vista”, de acordo com a Tabela nº 11, do decreto-lei nº 67, de 1938, do Estado de Minas Gerais.

Art. 21. Fica mantido o Imposto sobre Diversões Públicas, na conformidade do disposto no Decreto nº 19 (Código Tributário Municipal), de 28 de dezembro de 1935.

Art. 22. O imposto sobre atos da economia do município e de sua competência será cobrado à razão de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) sobre todos os papéis que transitarem pela Prefeitura, sujeitos a despacho de qualquer autoridade municipal, excetuando os de tramitação interna e relativos aos servidores municipais.

Art. 23. O imposto sobre atos da economia do Município e de sua competência será cobrado, também, sobre todos os conhecimentos expedidos, à razão de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) por conhecimento.

Art. 24. A Taxa Rodoviária, destinada exclusivamente ao serviço de construção, conservação e melhoramentos das estradas, é de responsabilidade dos proprietários rurais e incide sobre o valor do imóvel rural, à razão de 0,6% (seis décimos por cento), efetuando-se a sua arrecadação de 1º a 30 de abril de cada ano.

Art. 25. Fica mantida a Taxa de Aferição de pesos e medidas nas bases e condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 19, de 28/12/1935 (Código Tributário).

Art. 26. A Taxa Sanitária será cobrada à razão de Cr\$ 15,00 por habitação de Cr\$ 25 por estabelecimento comercial ou industrial.

Art. 27. A Taxa de meio-fio será cobrada do proprietário pelo custo total da obra e será paga 30 dias após a sua conclusão.

Art. 28. Fica mantida a taxa de conservação de calçamento à razão de Cr\$ 0,60 por metro quadrado.

Art. 29. Fica mantida a taxa de calçamento na forma do disposto no artigo 7º e seus parágrafos, do Decreto municipal nº 11, de 26 de novembro 1938.

Art. 30. Fica mantida a Taxa de Água, na conformidade do disposto no artigo 188, item III, do Código Tributário Municipal e lei nº 139, de 4 de novembro de 1939.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 31. Fica mantida a Taxa de Esgoto, na conformidade do artigo 188, item III, do Código Tributário Municipal e lei nº 143, de 27 de dezembro de 1954.

Art. 32. Fica igualmente mantida a Taxa de Matança de gado, na forma da lei nº 109, de 5 de dezembro de 1952.

Art. 33. Fica mantida a Taxa de Cemitério, a que se refere o Código Tributário Municipal, com as seguintes alterações:

a) sepultura raza para adulto, por 5 anos.....Cr\$ 25,00

b) sepultura raza para infante, até 6 anos por 3 anos Cr\$ 15,00

Art. 34. Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor a partir de 1º de janeiro de 1956.

Mando, portanto, a todos, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Passa Quatro, 29 de novembro de 1955.

Francisco Galvão César
Prefeito Municipal

Ary Simões Coelho
Secretário